



Videoconferência administrativa

Videconferências têm sido recurso ágil e eficiente na integração das atividades do Conselho em Curitiba com a Regional de Maringá. Nove edições já foram realizadas para apreciação de sindicâncias, gerando economia de tempo e recursos. Aos poucos o CRM deve estender a atividade a outras regiões, dependendo para isso de viabilidade técnica. **Página 8**



J O R N A L D O

CRM PR

Informativo do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Ano X • N.º 76

Abril a Julho / 2007

www.crmpr.org.br

e-mail: jornal@crmpr.org.br

Endereço para devolução:

Rua Victório Viezzer, 84. Vista Alegre.

Curitiba-PR. 80810-340

CBHPM pode ser referência única em procedimentos médicos

A mobilização iniciada há quatro anos, com o lançamento da CBHPM como mecanismo de valorização do trabalho médico e de maior segurança para os pacientes, apresenta as suas primeiras conquistas efetivas. O projeto de lei que cria o rol de procedimentos e serviços médicos foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, estabelecendo a CBHPM como seu referencial. Agora, a proposta está no Senado, onde se espera agilidade para a sua aprovação. A ANS, por sua

vez, também decidiu acolher a Classificação como sua base quanto a nomenclatura e códigos, considerando a compatibilidade de 95% em seu rol de procedimentos. Num momento em que são agendadas reuniões para estudos técnicos, o grande avanço vem com o estreitamento das negociações entre todos os participantes do setor de saúde supletiva. Há, ainda, aceno positivo para que a CBHPM venha a ser referenciada também no SUS por sua modernidade, hierarquização e base científica. **Páginas 3 e 7**

ENEM exalta preocupação com futuro do setor de saúde e do médico



O papel do SUS na garantia da assistência à saúde e valorização, formação e interiorização do médico estiveram entre os temas em destaque debatidos no XI ENEM. A Carta de Brasília apresenta uma série de caminhos



indispensáveis para evitar a desestruturação do sistema público de saúde e a propagação do ensino médico sem compromisso com a qualidade. Edson Andrade (foto), presidente do CFM, abriu o evento. **Páginas 3 e 4**



Sallim Emed e Florisval Meinão presidiram a mesa no encontro em SP.

Tabagismo entre médicos

“Tabagismo entre médicos: qual é a realidade e como enfrentar?” Este será o tema do II Ciclo de palestras da Comissão de Saúde do Médico do CRM, que vai ocorrer em 11 de agosto, em Curitiba. Terá a coordenação do conselheiro Marco Bessa (foto), recém-eleito presidente da SPP. **Pág. 2**



Luta antitabagista centra meio médico

Responsável por 5 milhões de mortes anuais no planeta, o tabagismo é um problema de saúde pública global. No Brasil, onde 200 mil pessoas morrem anualmente vítimas de doenças com origem no consumo do tabaco, o assunto vem sendo abordado não apenas pelo Ministério da Saúde, mas por outros órgãos governamentais. Para tratar do assunto, integrantes da Comissão de Saúde do Médico do CRM-PR decidiram promover em agosto o evento "Tabagismo entre médicos - Qual é a realidade e como enfrentar?".

Os pneumologistas e integrantes das Comissões de Tabagismo na Associação Médica Brasileira e Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Jonatas Reichert e Ricardo Henrique Ricardo Meirelles, serão os condutores da palestra, agendada para ocorrer em 11 de agosto na sede do Conselho em Curitiba, com transmissão por videoconferência para o auditório da Regional de Maringá. Após a palestra haverá ampla discussão sobre o assunto. O evento é aberto a todos os médicos, tabagistas ou não, diretores de hospitais e clínicas do Paraná, presidentes e participantes da AMP e das Sociedades de Especialidade.

Este é o II Ciclo de Palestras

Pesquisa

A Comissão de Saúde do Médico do CRM-PR está prestes a iniciar uma pesquisa, pelo meio eletrônico, do problema do tabagismo. Para isso, espera a colaboração dos profissionais que receberem o formulário com o questionário para que o respondam de forma sincera, pois se lhe assegura a confidencialidade. O trabalho será de grande utilidade nas ações voltadas à prevenção e também de ajuda aos médicos dependentes.

da Comissão da Saúde do Médico. O primeiro ocorreu em abril e trouxe à Curitiba um dos mais renomados especialistas em saúde do médico do País, o Prof. Ronaldo Laranjeira (foto). Com o objetivo de criar um programa de estímulo ao médico a cuidar da própria saúde e auxiliar aqueles que necessitam de reabilitação, especialmente os dependentes químicos, mais de 50 pessoas participaram dos trabalhos no CRM. Laranjeira palestrou sobre a Rede de Apoio ao Médico dependente químico mantida pelo Cremesp e analisou casos clínicos.

Site está no ar

A Comissão vem desenvolvendo campanhas com ações preventivas ou mesmo de tratamento e reabilitação dos profissionais. Para tanto, criou página na internet (www.crmpr.org.br/saucedomedico) com

o intuito de ramificar a conscientização de que se o médico não estiver com o domínio de sua saúde – física ou mental –, não estará apto para emprestar o melhor de si em atenção aos seus pacientes, com os quais está comprometido o tempo todo. Além disso, pretende contar com a participação solidária dos médicos, estejam eles em dificuldade ou não, para enviar sugestões, críticas, artigos e dicas sobre cuidados que o profissional deve ter em seu cotidiano, prevenindo-se de doenças ou minimizando situações de risco para elevar o seu bem-estar e a qualidade de vida. Em fase de construção, o site possui espaço com links de entidades com o mesmo propósito, dicas de saúde, artigos, agenda etc.



Conselheiro assume presidência da SPP

Marco Antonio do Socorro M. Ribeiro Bessa, conselheiro e coordenador da Comissão de Saúde do Médico do CRM-PR, assumiu a presidência da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, sucedendo a Osmar Ratzke. A posse ocorreu em 30 de junho, em meio aos trabalhos da Jornada Sul Brasileira de Psiquiatria, realizada em Curitiba, prestigiada pelo presidente do Conselho, Gerson Zafalon Martins.

A eleição pelo voto direto da diretoria para o biênio 2007/2009 ocorreu em 25 de junho. Concorreu a chapa de consenso "Psiquiatria hoje". De acordo com o novo presidente, a prioridade da gestão será promover maior integração com as outras especialidades médicas e com suas sociedades e também com a AMB e CRM. Lutar por uma melhor assistência psiquiátrica à população será outra missão. "Também pretendemos participar das lutas médicas em curso,

tanto em relação aos convênios e seguros médicos, quanto com o setor público, que remunera muito mal os médicos e oferecem condições de trabalho precárias", ressalta Marco Bessa.

Outras propostas da nova diretoria são de promover atividades de atualização científica e de divulgação da psiquiatria à sociedade. "Ou seja, tentar desmistificar a idéia de que a psiquiatria trata só de 'loucos'. Precisamos divulgar que a depressão, transtorno bipolar, os transtornos de ansiedade ou as dependências químicas são problemas graves de saúde e que atingem um número grande de pessoas e que precisam de um diagnóstico e tratamento corretos", completa.

A SPP também pretende ter uma participação maior nas lutas políticas para controle da propaganda do álcool e na necessidade de ampliar as políticas públicas de prevenção e tratamento às dependências químicas e do álcool.

expediente



Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Conselho Editorial: Gerson Zafalon Martins (coordenador), Hélcio Bertolozzi Soares, Donizetti D. Giamberardino Filho, Luiz S. Emed, Ehrenfried O. Wittig, João Manuel C. Martins e Hernani Vieira.

Diretoria - Presidente: Gerson Zafalon Martins / **Vice-presidente:** Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho / **Secretário-Geral:** Hélcio Bertolozzi Soares / **1.º Secretário:** Wilmar Mendonça Guimarães / **2.º Secretário:** Luiz Sallim Emed / **Tesoureiro:** Marília Cristina Milano Campos / **Tesoureiro-Adjunto:** Carlos Roberto Goytacaz Rocha / **Corregedora:** Raquel R. Burkiewicz / **Corregedor-Adjunto:** Zacarias Alves de Souza Filho.

Conselheiros Gestão 2003/2008

Alexandre Gustavo Bley, Antonio Techy, Carlos Edmundo Rodrigues Fontes, Carlos Ehke Braga Filho, Carlos Puppi Busetti Mori, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Célia Inês Burgard, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Edgard Luiz Westphalen, Ewald Von Rosen Seeling Stahlke, Fernando Meyer, Gerson Zafalon Martins, Hélcio Bertolozzi Soares, Hélio Delle Donne Júnior, Joachim Graf, José Luis de Oliveira Camargo, Kemel Jorge Chammas, Lúcia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Melo Costa, Luiz Ernesto Pujol, Luiz Sallim Emed, Marcelo da Silva Kaminski, Marco Antonio do Socorro M. Ribeiro Bessa, Marcos Flávio Gomes Montenegro, Marília Cristina Milano Campos, Mário Stival, Marta Vaz Dias de Souza Boger, Mauri José Piazza (desligado), Maurício Marques Ribas, Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, Monica de Biase Wright Kastrop, Paulo Roberto Mussi, Raquel Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Romeu Bertol, Roseni Teresinha Florencio, Sérgio Maciel Molteni, Sérgio Ossamu Ioshii (licenciado), Wadir Rúpulo (falecido), Wanderley Silva, Wilmar Mendonça Guimarães e Zacarias Alves de Souza Filho.

Membros Natos

Dr. Duitlon de Paola, Dr. Farid Sabbag, Dr. Luiz Carlos Sobania, Luiz Sallim Emed, Donizetti Dimer Giamberardino Filho e Hélcio Bertolozzi Soares.

Consultor Jurídico: Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque

Assessores Jurídicos: Afonso Proença Branco Filho e Martin Afonso Palma

Médicos Fiscais: Dr. Elísio Lopes Rodrigues, Dr. Paulo César Aranda e Dr. Jun Hirabayashi

Sede - Curitiba / Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá

Rua Victório Viezzler, 84, bairro Vista Alegre / 80810-340 - Curitiba - PR / Fones: (41) 3240-4000 (geral) e 3240-4026 (assessoria de imprensa) / Fax: (41) 3240-4001 - e-mails: jornal@crmpr.org.br / imprensa@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Apucarana

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 510 - sala 502 / Edifício Palácio do Comércio - Centro / 86800-720 - Apucarana-PR / Fone: (43) 3424-1417 / e-mail: apucarana@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Osmundo Pereira Saraiva

- Delegacia Regional de Campo Mourão

Av. Capitão Índio Bandeira, 1400 sala 412 - Centro / 87300-000 - Campo Mourão-PR / Fone/fax: (44) 3525-1048 - e-mail: campomourao@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Wilfredo Sérgio Sandy Saavedra

- Delegacia Regional de Cascavel

Rua Senador Souza Naves, 3983 - sala 705 / Edifício Comercial Lince - Centro / 85801-250 - Cascavel- PR / Fone/fax: (45) 3222-2263 / e-mail: cascavel@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Fayez Mehanna

- Delegacia Regional de Foz do Iguaçu

Rua Almirante Barroso, 1293 - sala 604 / Cond. Centro Empr. Pedro Basso / 85851-010 - Foz do Iguaçu - PR / Fone/fax: (45) 3572-4770 / e-mail: fozdoiguacu@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Nilson Jorge de Mattos Pellegrini

- Delegacia Regional de Guarapuava

Rua Barão do Rio Branco, 779, sala 07 - Centro / 85010-040 - Guarapuava-PR / Fone/fax: (42) 3623-7699 / e-mail: guarapuava@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Wagner Novaes Carneiro

- Delegacia Regional de Londrina

Av. Higienópolis, 32 sala 1403 / Cond. Empr. Newton Câmara / 86020-040 - Londrina-PR / Fone: (43) 3321-4961 / Fax: 3339-5347 / e-mail: londrina@crmpr.org.br ou ldcrmpr@sercomtel.com.br

Diretor Regional: Dr. João Henrique Steffen Júnior

- Delegacia Regional de Maringá

Ruas das Azaléias, 209 / 87060-040 - Maringá- PR / Fone/fax: (44) 3224-4329/3262-8462 / e-mail: maringa@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Natal Domingos Gianotto

- Delegacia Regional de Paranavai

Av. Rio Grande do Norte, 930, sobreloja 104 / 87701-020 / Paranavai - PR / Fone/Fax: (44) 3423-3513 / e-mail: paranavai@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. José Eloy Mendes Tramontin

- Delegacia Regional de Pato Branco

Rua Ibiaporã, 333, sala 401 - Centro / 85501-280 / Fone/fax: (46) 3225-4352 / e-mail: pato Branco@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Eduardo Obrzut Filho

- Delegacia Regional de Ponta Grossa

Rua XV de Novembro, 512 sala 76 - Centro / 84010-020 - Ponta Grossa-PR / Fone/fax: (42) 3224-5292 / e-mail: pontagrossa@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Luiz Jacinto Siqueira

- Delegacia Regional de Santo Antônio da Platina

Rua Rui Barbosa, 567 - salas 201 e 203 / 86430-000 - Santo Antônio da Platina-PR / Fone/fax: (43) 3534-5455 / e-mail: santoantonio@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Luiz Carlos Guidio Filho

- Delegacia Regional de Toledo

Rua Santos Dumont, 2705 - Centro / 85900-010 - Toledo-PR / Fone/fax: (45) 3252-3174 / e-mail: toledo@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. José Afrânio Davidoff Junior

- Delegacia Regional de Umuarama

Praça da Bíblia, 3336 - sala 302 / Edifício Cemed - Zona 01 / 87501-670 - Umuarama-PR / Fone/fax: (44) 3622-1160 / e-mail: umuarama@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Guilherme Antônio Schmitt

- Delegacia Regional de Fronteira de Porto União/União da Vitória

R. Prudente De Moraes, 300 - 89400-000 - Porto União-SC / Fone: (42)523-1844 / Fax: 522-0936

Delegado Regional do Cremesc: Dr. Ayrton Rodrigues Martins

- Delegacia Regional de Fronteira de Mafra/ Rio Negro

Rua Nicolau Bley Neto, 100 - 83880-000 - Rio Negro - PR / Fone/Fax: (47) 643-6140 / e-mail: rionegro@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Jacy Gomes

Jornalista resp.: Hernani Vieira - Mtb 993/06/98V-PR / **Assistente editorial:** Priscila P. J. Naufel e Marília Bobato / **Fotos:** Joel Cerizza, Luiz Augusto Costa e Márcio Arruda (CFM) / **Editoração:** Upper Comunicação / **Impressão:** Serzegraf / **Tiragem:** 20.000 exemplares.

Hora de desemperrar!

“Dê seu primeiro passo com fé; não é necessário que veja o caminho completo. Só dê o primeiro passo.”

Martin Luther King Jr.

O ordenamento legal é indispensável para qualquer nação e seus segmentos e atividades organizados. Provável líder mundial não só em abertura de escolas médicas descompromissadas com qualidade e necessidade social, mas também na proposição ou edição de leis - muitas ilógicas ou que jamais serão cumpridas -, o Brasil vive um dos momentos cruciais para a sustentabilidade futura do setor de saúde. No Congresso Nacional reside absurda quantidade de projetos - mais de 1.000 - de interesse da saúde e, por conseguinte, da atividade médica. Um grande número desses projetos já nem nos permite fazer as contas de quantos aniversários “comemorados”, mas a morosidade com que segue a tramitação, na maioria das vezes por má-vontade política ou sob nem tão indisfarçáveis interesses, proporciona um reflexo extremamente nocivo à sociedade. Essa pressuposta desarmonia legal decreta danos em cadeia, a começar pelos conflitos jurídicos que abarrotam nossos tribunais e destacam-se nas violações constitucionais patrocinadas pelo próprio Poder Público, qual seja a sua esfera. Deriva-se daí o hoje t’;ao presente termo “judicialização da medicina”.

Sucessivos escândalos estimulam a desesperança, descrença, a desconfiança e a convicção de impunidade. Tudo com um preço muito alto, pago pelo povo. Muitas vezes com perda de vidas que poderia ser evitada. A expropriação tributária pouco oferece de reciprocidade, como se constata na (des) assistência, sistematicamente tungada em seus formatos de financiamento. Que o diga a CPMF, agora sob pretensa condição de permanente em tex-

to da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada na Câmara, mas que sequer contempla previsão mínima de recomposição dos valores dos procedimentos do SUS, algo imprescindível para a manutenção da estrutura de serviços do sistema.

A Constituição de 1988 nos trouxe a atenção à saúde como um direito de todos. Mas o nosso legislativo consumiu quase década e meia para aprovar uma proposta de emenda constitucional que viesse trazer luz à forma de financiar o gigantesco sistema público criado. Uma meia-sola por demais malfeita, pois, no início desta década, uma medida ministerial - com agradecimentos a Antonio Britto e companhia - retirou a provisão de 30% para saúde dos recursos da seguridade social. Um montante que, hoje, corresponderia a R\$ 90 bilhões/ano, o que representa o dobro do orçamento da Saúde e, com certeza, um cenário menos traumático aos cerca de 150 milhões de brasileiros que acorrem ao maior plano de saúde gratuito do mundo.

Vinte anos depois da vigência da nossa Carta Magna e praticamente seis da aprovação da PEC da Saúde, ainda aguardamos a sua regulamentação. Todo o rito já foi esgotado e o projeto continua adormecido no Congresso, sob estímulo de gestores das três escalas de governo que teimam em descumprir a essência da proposta, quer quanto aos percentuais de financiamento ou pela caracterização de ações de saúde que devem receber os recursos. Presentes em atividades do CFM e da AMB, dentre outras, o ministro José Temporão, da Saúde, e o presidente da Câmara dos Deputados, médico Arlindo Chinaglia, assumiram compromisso

público de fechar o ano com a regulamentação da EC 29 aprovada. Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, o deputado Rafael Guerra faz um prognóstico sombrio para o setor se a meta não for cumprida. Ele teme pela aceleração de fechamento de hospitais e desestruturação do sistema e adverte que a contratualização, nas condições atuais, é um grande risco. O País conta, hoje, com 7,6 mil hospitais, 70% deles privados e que ofertam 502 mil leitos, 371 mil para o SUS.

A pauta legislativa nos reserva expectativa em muitos outros projetos de relevância para os médicos, que exigem urgência em respeito à categoria e à própria sociedade, já que se relacionam ao exercício da atividade com qualidade e segurança. O projeto que regulamenta a atividade médica foi aprovado pelo Senado e está sob apreciação na Câmara dos Deputados. O caminho inverso envolve o Projeto de Lei da Câmara n.º 39/07, que estabelecer critérios para a edição do Rol de Procedimentos e Serviços Médicos, na saúde supletiva, o qual tomará como referência a CBHPM, objeto de mobilização das entidades médicas e que acaba de ser acolhida pela ANS, quanto ao emprego de nomenclatura, códigos e critérios técnicos de hierarquização em seu iminente Rol de Ações em Saúde.

Sob a batuta dos nossos legisladores e governantes também estão projetos que tratam de questões relacionadas ao modelo formador, como proliferação de escolas médicas, acesso à residência, mecanismos de avaliação de formandos e de revalidação de diplomas obtidos fora do país, os quais se somam outros de vulto, como os voltados às políticas de

prevenção, relacionadas a álcool, tabaco e trânsito e que encontram total solidariedade dos nossos Conselhos. Entendemos que agora é a hora decisiva para a questão das escolas médicas, considerando que há uma enxurrada de pedidos de abertura de cursos em todo o País. A Comissão de Avaliação do MEC deu mostras de que a voz das entidades médicas pode ter eco e negou pelo menos uma dezena de novos cursos de medicina no País, quatro deles no Paraná. É clara a posição de órgãos acadêmicos e institucionais de contrariedade à saga meramente mercantilista. Este é um desafio que nos vai exigir muito.

O surrado discurso de corporativismo e reserva de mercado, empregado para semear novas escolas, não encontra respaldo na área médica, onde têm sido marcantes os esforços para qualificação permanente dos profissionais, por meio de programas de educação continuada, certificação e recertificação, sempre com o propósito maior de garantir uma assistência de nível elevado aos brasileiros e em proteção àqueles que exercem a atividade. A concepção pela qualidade for-

madora envolve os cursos em funcionamento, muitos deles extremamente limitados e lançando no mercado jovens sem a necessária habilitação. Daí a ampliação do debate, em vários níveis e inclusive no Congresso, da adoção de exame de proficiência. A regra deve valer para os formados no exterior, para o que já existe legislação vigente. Não podemos aceitar qualquer tentativa de privilégio. Impõe-se a revalidação do diploma em moldes uniformes, definidos por comissão bipartite - governo e entidades médicas - e realizada sob supervisão do Ministério da Educação em universidades públicas.

É hora de decisões. De nossos governantes, legisladores, das entidades médicas e da própria sociedade. As conquistas que se manifestam, mesmo que intermitentes, estimulam-nos a exibir as feridas em busca de cura. Cada um de nós, médicos, temos a cumprir o nosso papel neste cenário sombreado de interesses que muitas vezes contrariam os princípios que regem nosso Código de Ética.

Cons. Gerson Zafalon Martins,
presidente do CRM-PR

Reunião com Frente Parlamentar

Representantes das entidades médicas participaram em 4 de julho, na Câmara dos Deputados, em Brasília, de reuniões com integrantes da Frente Parlamentar da Saúde. Em pauta, alguns dos projetos de grande interesse da saúde e dos médicos, como a regulamentação da EC 29, que vincula recursos para saúde; o Projeto de Lei 65/03, de autoria de Arlindo Chinaglia e que visa criar moratória de 10 anos na abertura de cursos de Medicina; o Projeto de Lei 7.703/2006, que regulamenta a profissão médica; e ainda o PLC n.º 39, que referencia a CBHPM no rol de procedimentos de serviços médicos, agora tramitando no Senado. O encontro teve a coordenação do presidente da Frente Parlamentar, deputado Rafael Guerra, que também é médico. O CFM foi representado pelo 1.º vice-presidente, Roberto Luiz d'Ávila. Na ocasião, foi firmado consenso sobre a necessidade de que as propostas avancem mais rapidamente na esfera do legislativo.

Comemoração do cinqüentenário terá encontro nacional no Paraná

O I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina de 2008 deverá ser realizado em Curitiba, no mês de março, fazendo parte das atividades comemorativas do cinqüentenário da criação do CRM do Paraná. O Estado deveria receber neste segundo semestre o evento, mas pela coincidência dos 50 anos da Lei n.º 3.268, de setembro de 1957, que reestruturou e deu autonomia jurídica aos Conselhos, deliberou-se pela realização na sede da autarquia, em Brasília.

Gerson Zafalon Martins, 3.º vice-presidente do Conselho Federal de Medicina e também presidente do Conselho do Paraná, avalia que a mudança de estratégia vai possibilitar a implementação de um programa mais intenso das festividades do Jubileu

de Ouro, que tende a ser iniciado já na tradicional solenidade do Dia do Médico, em outubro. Uma comissão provisória já foi constituída para analisar as possíveis atividades científicas e artístico-culturais que podem ser implementadas tanto na capital quanto nas cidades-sedes das Regionais.

História do Conselho

A primeira iniciativa para normatizar a atividade médica, com a proposta de criação de uma comissão de ética, data de 1921, tendo prosperado com o surgimento, seis anos mais tarde, do Sindicato dos Médicos. Os primeiros Conselhos de Medicina surgiram no início dos anos cinqüentas. Ceará, Rio Grande do Sul, Pará e Distrito Federal (então Rio) foram os primeiros.

Com o advento da Lei 3.268, coube ao então presidente da Associação Médica, Ernani Simas Alves, a missão de organizar a atividade conselhal no Paraná. No fim de janeiro de 1958 foram apresentados os nomes para composição do primeiro corpo de conselheiros, que tomou posse em 12 de março daquele ano. O primeiro presidente foi o Prof. Milton Macedo Munhoz, já falecido. Parte da história do CRM-PR foi resgatada em pesquisa de outro ex-presidente, Wadir Rúpolo, também falecido. A atual diretoria tem entre as suas propostas a edição de um livro que apresente a trajetória de 50 anos do Conselho, cujo lançamento pode ocorrer no ano que vem, a exemplo de um selo institucional comemorativo.

Encontro de Entidades gera alerta



O XI Encontro Nacional das Entidades Médicas (ENEM) foi realizado de 6 a 8 de junho, em Brasília, permitindo minuciosa análise do sistema de saúde no Brasil. Como resultado, a constatação de graves problemas e o compromisso com a sociedade que obrigam os profissionais de medicina a entrarem em estado de alerta permanente em defesa da saúde e da população. No documento divulgado ao término do evento pelo CFM, AMB e Fenam, uma série de reivindicações para reverter o atual quadro de dificuldades, a começar pela necessidade de ampliação da receita orçamentária do SUS, o que depende da regulamentação da EC 29. Rigor na formação, qualificação dos médicos e revalidação de diplomas foi outro assunto em destaque. Confira o relatório dos trabalhos e a Carta de Brasília no site do CRM.

Medicamentos excepcionais: concurso de monografia debate ética na prescrição

O 18.º Prêmio de Monografia de Ética Médica – 2007, do Conselho Regional de Medicina do Paraná, colocou em análise uma questão bastante atual e controversa na sociedade brasileira, cuja polêmica absorve inclusive as três esferas de poder - governantes, legisladores e o Judiciário. “Medicamentos excepcionais: a ética na prescrição sob o enfoque da responsabilidade social” é o tema do concurso deste ano, lançado em março, que propõe o debate se é correto que o Estado seja obrigado por decisão judicial a

fornecer remédios de dispensação excepcional ou de alto custo, não previstos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. O objetivo é contribuir para uma posição de equilíbrio e harmonia onde sejam observados os direitos constitucionais à saúde sem se transformar em objeto de interesses mercantilistas, que possam comprometer os orçamentos públicos.

As inscrições vão até 6 de agosto e o concurso é aberto a todos os brasileiros, independente da formação ou profissão. O regulamento está previsto na

Resolução CRM-PR n.º 21/87 e pode ser observado no site do Conselho. A comissão julgadora será formada por dois médicos, um promotor e um magistrado, a serem indicados. O autor do trabalho selecionado em primeiro lugar receberá prêmio de R\$ 5 mil, cabendo R\$ 2 mil ao segundo lugar. A premiação ocorrerá durante os festejos do Dia do Médico, em outubro. As monografias selecionadas serão publicadas na Revista Arquivos, do CRM. Para informações adicionais, contatar (41) 3240-4033 ou 3240-4011.

TISS e o sigilo do paciente

A Diretoria do CRM vem realizando reuniões com representantes das operadoras de saúde para avaliar aspectos relativos ao Padrão TISS e à Resolução CFM n.º 1.819/2007, que proíbe a colocação do diagnóstico codificado no preenchimento das guias de consulta junto com a identificação do paciente. O CFM entende que o sigilo na relação médico-paciente é um direito inalienável e que o CID só poderá ser efetuado com autorização expressa do beneficiário ou em os casos e doenças de notificação compulsória previstos. No dia 29 de maio, o presidente do CRM-PR, Gerson Zafalon Martins, coordenou encontro com diretores da área de medicina de grupo. No dia 2 de julho (foto), a análise do tema envolveu diretores da Unimed Curitiba, dentre eles seu presidente Sérgio Ioshii. A polêmica sobre a inclusão dos códigos tem gerado até mesmo ações judiciais em alguns estados.



Em meados de maio, o CFM e o CRM publicaram nos principais jornais do Estado e seus sites a nota oficial sobre a posição das entidades quanto à questão. Acesse para conferir o teor.

Procedimentos de cirurgia plástica têm regulamentação técnica e ética

Está em vigência desde o final de maio a Resolução CRM-PR n.º 153/2007, que normatiza a realização de procedimentos médicos em cirurgia plástica no Estado. A fixação de mecanismos de avaliação das condições sanitárias, técnicas e éticas de consultórios e clínicas especializadas tem por objetivo aumentar a segurança dos pacientes e dos próprios profissionais, considerando o progressivo aumento, nas esferas conselhal e judicial, do número de denúncias que se relacionam a atos interpretados como de imperícia, negligência ou imprudência.

A regulamentação é fruto de extensivo trabalho técnico que envolveu o Departamento de Fiscalização do Exercício Profissional e as Câmaras Técnicas de Cirurgia Plástica e de Anestesiologia do CRM-PR, as Sociedades das duas especialidades e ainda as Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal (Curitiba). Amparado pelas legislações vigentes, quer no âmbito do Poder Público ou de Conselhos Profissionais, o modelo é inovador no País e vem sendo objeto de estudos para subsidiar a implementação em outros Estados. As unidades de saúde que não se adequarem às normas podem ser interditadas e sofrer sanções administrativas, éticas e até penais, com as punições também alcançando responsáveis técnicos e membros do corpo clínico.

Conscientização

O presidente do CRM-PR, Gerson Zafalon Martins, avalia que o aumento do número de cirurgias plásticas é incontestável

que isso se deve, sobretudo, a fatores socioculturais e econômicos. Ressalta que, com os procedimentos mais rápidos e eficazes, acabou prevalecendo entre os usuários a impressão de que os atos são isentos de riscos, o que não corresponde à realidade, especialmente pela demanda que conduz à proliferação de serviços, muitos deles descompromissados com as normas de segurança e que mudam com frequência seus locais de atendimento para dificultar a fiscalização. Deste modo, diz, é preciso que a própria população esteja atenta e que recorra a profissionais e serviços especializados e devidamente regulamentados, o que pode ser conferido consultando o CRM ou a Regional do Paraná da Sociedade de Cirurgia Plástica. Aos médicos, sejam quais forem suas especialidades, cabe a responsabilidade de bem orientar os pacientes na busca de serviços da área de cirurgia plástica.

O representante do Conselho

de Medicina esclarece que a Resolução CRM-PR n.º 153/2007, publicada no Diário Oficial do Estado de 28 de maio, classifica os locais de atendimento para procedimentos de cirurgia plástica em três portes. O primeiro, em consultório, limita a consultas e atos similares. O Porte II permite procedimentos intermediários, enquanto o III estará restrito aos que exigirem sedação e a presença obrigatória de anestesista. Quando houver pernoite de paciente, será obrigatória a presença do médico. A resolução traz ainda anexos sobre as exigências quanto a equipamentos de emergência e reanimação, equipamentos básicos para a administração da anestesia e suporte cardiorrespiratório, instrumentais e materiais diversos e fármacos.

Confira a íntegra da Resolução no site do Conselho (www.crmpr.org.br) ou solicite cópia pelo fone (41) 3240-4000 ou e-mail (imprensa@crmpr.org.br).

Título de especialista: mudam regras

A partir do próximo ano, as Sociedades de Especialidade terão de promover exame de suficiência para obtenção de Título de Especialista ou Certificado de Área de Atuação pelo menos uma vez ao ano. Além disso, o exame deverá ter, no mínimo, duas das seguintes avaliações: teórica, teórico-prática, prática ou análise curricular, sendo que o peso desta última estará limitado a 30% da avaliação total. A nota de corte geral não poderá ser inferior a 6. As modificações foram aprovadas pelo Conselho Científico da AMB no início de julho e a nova normativa de regulamentação terá validade a partir de 2008, substituindo as anteriores, que eram de 2004. A versão consolidada será enviada às entidades nos próximos dias e estará disponível no Departamento de Títulos da AMB.

Registro de operadoras

Médico só pode prestar serviço a operadora de saúde com registro no CRM. Decisão da Justiça Federal acolheu os termos da Resolução CFM 1722/04, julgando assim improcedente ação ordinária do Sindicato dos Hospitais de São Paulo (Sindhosp).

Sobreaviso deve ser remunerado

A Resolução n.º 152/2007, vigente desde o início de maio, expressa que os plantões de sobreaviso constituem prática usual da organização de serviços médicos, devendo obedecer a normas rígidas de funcionamento para evitar prejuízos no atendimento à população e garantir a boa prática médica. Do mesmo modo, reconhece que o sobreaviso deve ser remunerado. Para regulamentar a prática de plantão de sobreaviso, o Conselho de Medicina do Paraná buscou amparo no conteúdo do processo-consulta n.º 137/2003, do CFM.

A norma define como plantão de sobreaviso a atividade do médico "que permanece à disposição da instituição de saúde, de forma não presencial, cumprindo jornada de trabalho preestabelecida, para ser requisitado, quando necessário, por qualquer meio ágil de comunicação, devendo ter condições de atendimento presencial". Fixa ainda que o serviço deve ser remunerado de forma justa, sem prejuízo aos honorários devidos ao profissional pelos procedimentos praticados durante o turno de trabalho. Em seu artigo 2.º, a resolução expressa que em toda instituição de saúde na qual existam pacientes em sistema de internação ou observação, é obrigatória a presença de médico no local nas 24 horas do dia, com capacitação para executar manobras de reanimação e de suporte vital, independente do plantão de sobreaviso.

Confira a íntegra da resolução no site do Conselho.

Liminar para Código 7 no SUS

A juíza federal Gisele Lemke, de Curitiba, julgou procedente o pedido dirigido à União, para anular em parte os efeitos da Portaria n.º 158/04 do Ministério da Saúde, excluindo a substituição do Código 7 pelo 45. Do mesmo modo, a decisão da magistrada também considerou procedente o pedido visando a anulação da Resolução n.º 316/05, da Secretaria Estadual de Saúde, e a Resolução n.º 001/05, da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, com o que os obriga a voltar a pagar os médicos autônomos da mesma forma como era feita antes das normativas, isto é, com a utilização do Código 7 no Sistema SIH/SUS. A ação foi impetrada pela Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado do Paraná (Fehospar), com aval da Femipa e Conselho de Medicina do Paraná. A decisão, publicada em 15 de junho, será analisada agora na esfera do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, em Porto Alegre, podendo vir a ser reformada. O governo do Estado e a prefeitura de Curitiba já foram notificados para que seja cumprida a decisão em caráter liminar, o que garantiria, por ora, a volta dos pagamentos pelo Código 7. A prefeitura já recorreu. A mudança do mecanismo de pagamento vem causando grande prejuízo a médicos e demais serviços face à bitributação.

Recadastramento e nova carteira para combater atividades ilegais

Todos os médicos regularmente inscritos nos Conselhos de Medicina e em atividade serão recadastrados. Eles formam um contingente de mais de 320 mil, dos quais 16.182 (11.094 homens e 5.088 mulheres) no Paraná. O processo de implementação começa ainda neste semestre e o recadastramento será obrigatório, já que o médico receberá um novo modelo de carteira de identidade, em papel e que será produzido pela Casa da Moeda. Não haverá custos para os profissionais, pois serão arcados pelos Conselhos Regionais e Federal de Medicina.

Na sessão plenária de 12 de julho foram aprovadas as resoluções do CFM que normatizam o recadastramento obrigatório, com prazo máximo de um ano em todo País, e a substituição da carteira. As atuais terão validade até a substituição.

As medidas propiciarão muitos benefícios, inclusive à sociedade, já que haverá menos riscos de falsificações e combate ao exercício ilegal da profissão. Também a atualização de dados vai permitir agilidade no trânsito de informações, melhor interatividade com o médico e economia de recursos.

O planejamento do processo tinha sido concluído na última reunião da Comissão de Recadastramento e Registro dos Médicos do Brasil, que ocorreu em 28 de junho na sede do CFM, em Brasília. O grupo de trabalho é formado por Gerson Zafalon Martins, presidente do CRM-PR e também diretor do Conselho Federal, Carlos Vital, presidente do Conselho de Pernambuco (Cremepe), e por Henrique



Comissão que promoveu os estudos para o processo de recadastramento.

Gonçalves, diretor do Conselho de São Paulo. O recadastramento, aliás, será baseado na experiência do Cremesp, que em cerca de sete meses já atualizou quase 80% dos 90 mil médicos daquele estado.

“Com o recadastramento, atualizaremos os dados dos médicos em atividade, identificando os falecidos, os que mudaram de endereço ou até mesmo os que não vivem mais no País”, avalia o conselheiro federal Gerson Zafalon. Explica, ainda, que o processo prevê a colocação do cadastro para consulta pública na internet.

O recadastramento será gratuito e o cronograma observará o

mês de aniversário do médico. Serão duas fases: na primeira, o profissional fornecerá os dados *online*; na segunda, será presencial, onde o médico levará ao Conselho Regional do estado ou delegacias regionais os documentos originais necessários.

Referindo-se à iniciativa do Cremesp, Henrique Gonçalves diz que a medida é importante não só aos médicos e Conselhos, como também para toda sociedade. “O cadastro facilitará a identificação do profissional por parte da população. Com isso, os Conselhos irão proteger a sociedade e os próprios médicos da ação de falsos profissionais”.

Treinamento aos funcionários do CRM

Aprimorar competências técnicas e interpessoais, padronizar procedimentos administrativos e operacionais, buscar excelência no atendimento ao público e melhorar o relacionamento interpessoal de sua estrutura funcional. Estes foram os principais objetivos do 1.º Treinamento aos Funcionários realizado pelo CRM-PR em 2007. O evento teve como tema “Conhecendo o CRM e seus objetivos” e foi realizado no auditório da sede em Curitiba nos dias 27 e 28 de abril. Um dos destaques foi a participação do consultor Elói Zanetti, que ministrou *workshop* (foto) sobre quais as formas de melhorar o atendimento ao associado e o relacionamento interpessoal do grupo. As atividades contaram com a presença de mais 60 funcionários, colaboradores, membros da diretoria, conselheiros e chefes dos departamentos.



Processo para regulamentar digitalização dos prontuários

O Conselho Federal de Medicina avaliou em sua sétima reunião plenária, em 11 de julho, a redação preliminar da Resolução que vai definir as normas técnicas para a digitalização e o uso de sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos Prontuários dos Pacientes. A proposta teve origem na Câmara Técnica de Informática em Saúde e Telemedicina, formada por integrantes do CFM, AMB, Anvisa e Sociedade Brasileira de Informática em Saúde. Há a expectativa de que em dois anos o CFM passe a emitir a certificação digital, juntamente com o ICP-Brasil, que estabelece os fundamentos de sistema de certificação digital.

A normativa vai autorizar a digitalização dos prontuários dos pacientes, permitindo a eliminação dos documentos em papel, “desde que a forma de armazenamento dos documentos digitalizados obedeça à norma específica de digitalização”. Visando a proteção do sigilo profissional, o prontuário terá de se ajustar ao “Manual de Requisitos de Segurança, Conteúdo e Funcionalidades para o Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (RES)”, que será disponibilizado nos sites do CFM, CRM-PR e da (SBIS).

Roberto Luiz d’Ávila, coordenador da Câmara, ressalta que o prontuário do paciente, em qualquer meio de armazenamento, é propriedade física da instituição onde o paciente é assistido, seja uma unidade de saúde ou um consultório, a quem cabe o dever da guarda do documento. Deste modo, diz, os dados ali contidos pertencem ao paciente e só podem ser divulgados com a sua autorização, ou de seu responsável, ou ainda por dever legal ou justa causa. “Estes dados devem estar permanentemente disponíveis, pois, quando solicitado por ele ou seu representante legal, permitam o fornecimento de cópias autênticas das informações a ele pertinentes”, explica o coordenador.

Participante dos trabalhos, o conselheiro Gerson Zafalon Martins avalia que os hospitais e clínicas estão se adaptando à troca de guias de papel, passando para o meio eletrônico, dando mais agilidade e segurança aos prontuários. Este processo, diz, está associado à exigência da ANS de uso da guia eletrônica a partir de 1.º de dezembro de 2008. Para abandonar o papel, a TISS (Troca de Informações em Saúde Suplementar) deve passar para o “Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2)”. Hoje, a guia é eletrônica, mas no NGS1, podendo trafegar sem assinatura digital. Nesse caso, o papel é mantido até que se incorpore a tecnologia da certificação digital. O presidente do CRM-PR esclarece que o uso de sistemas informatizados em si requer NGS1, mas com o suporte de papel existindo pela necessidade de impressão e assinatura. Instituições que venham assegurar o selo de garantia da assinatura digital estão sendo pesquisadas, com a realização de testes.

CBHPM perto de se consolidar referencial na saúde suplementar

A Comissão Nacional de Consolidação e Defesa da CBHPM e as Comissões Estaduais de Honorários Médicos reuniram-se em 7 de julho na sede da Associação Médica Brasileira, em São Paulo, quando avaliaram os significativos avanços conquistados recentemente, com destaque para a adoção dos códigos e nomenclaturas da Classificação pelo Padrão TISS, na ANS, e a aprovação unânime na Câmara dos Deputados do projeto de lei que a referencia na saúde suplementar. Contudo, o consenso é de que seja fortalecida a mobilização política para que a proposta – o agora PLC n.º 39/07 – tenha seu trâmite agilizado no Senado e, aprovada, retorne à Câmara.

Com o objetivo de ampliar o movimento médico e discutir até mesmo a adoção do rol na esfera do SUS, já foram agendados os próximos encontros nacionais. Eles vão ocorrer em 31 de agosto, em São Paulo (SP); 19 de outubro, em Aracaju (SE); e 7 de dezembro, novamente na capital paulista. Reuniões regionais também estão sendo agendadas, como a dos Estados do Nordeste, prevista para 17 de agosto em Maceió (AL). O objetivo é estimular o debate sobre peculiaridades locais. O conselheiro Luiz Sallim Emed, representante da Comissão Estadual e participante do encontro em São Paulo, diz que o grupo local já tem uma agenda de trabalho e que não tem dúvida da posição dos três senadores paraenses de anuência ao projeto à proposta de se ter um instrumento balizador na relação entre médico

e operadora de saúde.

Luiz Sallim Emed avalia como fator altamente positivo que a Agência Nacional de Saúde Suplementar e as próprias operadoras, incluindo medicina de grupo e seguradoras que se mostravam reticentes às negociações, tenham reconhecido a CBHPM como a melhor referência para a unificação da terminologia em saúde suplementar. Deste modo, entende que tendem a avançar de forma mais ágil os ajustes técnicos no intuito de compatibilizar o atual rol de procedimentos da ANS e a CBHPM, pois o primeiro tem menos de 3 mil e a Classificação reúne quase 4 mil. A ANS, aliás, instaurou consulta pública (n.º 27/07, prorrogada até agosto) sobre a proposta de Resolução Normativa que atualiza o rol de procedimentos e eventos em saúde. Esse rol constitui a referência básica para a cobertura mínima dos planos de saúde novos, ou seja, aqueles que foram assinados após 1.º de janeiro de 1999, ou dos planos adaptados a essa lei.

O coordenador da Comissão Nacional, Florisval Meinão, reforça a convicção de que a aproximação das instituições ligadas à saúde supletiva “nos anima quanto aos futuros entendimentos sobre a cobertura dos procedimentos”. Realçando que uma remuneração mínima e ética é um dos pilares da qualidade do atendimento e da valorização do médico, Florisval Meinão fala da importância das mobilizações de âmbito regionais, sobretudo pelas particularidades que existem e pela necessidade de sensibilizar os senadores pela urgência da apro-



Emed e Meinão: expectativa da CBHPM aplicada também ao SUS.

vação do PLC 39/07, que visa estabelecer critérios para a edição do Rol de Procedimentos e Serviços de Médicos (RPSM), o qual terá como referência a CBHPM, como contido no parágrafo 1.º do artigo 2.º da proposta. Ainda de acordo com o projeto, o RPSM será editado anualmente após negociações entre compradores e prestadores de serviços.

Rol de Ações em Saúde

Para realizar a revisão, a ANS compôs grupo técnico formado por representantes de todos os segmentos do setor de saúde suplementar (operadoras, prestadores, beneficiários, órgãos de defesa do consumidor). De acordo com a agência, a revisão foi baseada na obrigatoriedade legal da revisão periódica desse rol, na pressão social em relação à in-

clusão de novas tecnologias e na constante busca da qualidade da assistência prestada, considerando-se, principalmente, o cuidado integral e multiprofissional e a análise da incorporação dessas novas tecnologias. O rol atual possui 2.928 procedimentos e a proposta é de que tenha 2.895 procedimentos, o que não significa redução, “já que foi priorizada a garantia de uma lógica de cobertura, evitando-se critérios de organização ou de nomenclatura que privilegiassem a lógica de remuneração”. Para o comparativo, foram fixadas sugestões de exclusões, inclusões e incorporações tecnológicas, seguindo critérios preestabelecidos. O nome também muda, passando para Rol de Ações em Saúde da Segmentação Médico-Hospitalar.

Comparativo das listas

Durante a última reunião do Copiss (Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar), realizada em dia 22 de junho, Florisval Meinão fez comparativo da CBHPM e o rol de procedimentos da ANS vigente. De acordo com o coordenador da Comissão Nacional de Consolidação e Defesa da Classificação, são 3.885 os procedimentos listados pelo rol das entidades médicas, enquanto o da Agência reúne 2.895. Entre eles, contudo, são 2.702 comuns (ou 95%). A AMB está analisando os 193 procedimentos do rol da ANS que não estão na CBHPM, devendo propor a retirada dos redundantes e inclusão dos demais.

Aprovado na Câmara

O Projeto de Lei 3466, apresentado em 2004 pelo parlamentar Inocêncio de Oliveira, foi aprovado de forma unânime pelo plenário da Câmara dos Deputados, em 31 de maio, criando assim o Rol de Procedimentos e Serviços de Saúde (RPSM), a ser editado com base na CBHPM até o fim de março de cada ano. De acordo com a proposta, que seguiu para o Senado, caberá à ANS a tarefa de elaborar o rol, contando para isso com uma câmara técnica paritária, composta por todas as partes envolvidas. A conquista do movimento médico teve ampla repercussão, inclusive com imediato apoio do governo ante ao entendimento que o texto aprovado decorre de ampla e democrática discussão. No mesmo dia em que o projeto foi aprovado, a ANS ratificou a decisão de adotar a nomenclatura e codificação da Classificação, que teve seus estudos iniciadas em 2000 e foi lançada em julho de 2003. Logo depois o CFM editou a Resolução 1673, que adotou a CBHPM como padrão mínimo e ético de remuneração.

Bioética em Ponta Grossa

O Curso de Ética e Bioética foi realizado em todas as terças-feiras do mês de junho, contando com a participação média de 85 pessoas, em sua maioria residentes e membros do corpo clínico e da Comissão de Residência Médica da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa. A atividade, promovida pela entidade em parceria com o

CRM-PR, superou a expectativa dos organizadores e também teve ampla repercussão. Cada uma das etapas contou com a presença de um membro da diretoria do Conselho de Medicina.

A etapa inaugural contou com o conselheiro Wilmar Mendonça Guimarães. Na última delas, realizada em 26 de junho, o presidente do Conselho Regional

de Medicina do Paraná, Gerson Zafalon Martins, foi o mediador de debate e discussão de casos sobre os assuntos abordados durante o curso, como “Relação médico-paciente”, “Ética e responsabilidade profissional do médico residente” e “Documentos médicos - atestados, laudos, certidões, prontuários e receitas”.

Diretores participam de jornada em Irati

O presidente do Conselho de Medicina do Paraná, Gerson Zafalon Martins, e o secretário-geral Hélcio Bertolozzi Soares participaram da III Jornada do Colégio Brasileiro de Cirurgiões (Capítulo Paraná) e da I Jornada da Região Centro-Sul, realizadas em Irati. A abertura do evento ocorreu na noite de 25 de



maio e, na manhã de 26, o secretário-geral do Conselho profissional palestrou sobre “Responsabi-



lidade Civil” e participou de mesa-redonda sobre “Emergências em Ginecologia”.

Palestras éticas no HU de Londrina

O Hospital Universtário de Londrina promoveu em 23 de junho último a 1.ª Jornada de Ética Médica. A coordenação dos trabalhos coube ao presidente da Comissão de Ética Médica do HU, Ivan José Blume de Lima Domingues. Além da participação dos delegados da Regional do CRM

João Henrique Steffen Junior, Luís Fernando Rodrigues e Luís Gabriel Fernández Turkowski, o evento foi prestigiado ainda pelo conselheiro Edgard Luiz Westphalen e pelo presidente do Conselho, Gerson Zafalon (foto). Foram ministradas palestras sobre “Relacionamento entre profissionais de saúde”,



“Pesquisas envolvendo pacientes” e “Prontuário Médico”.

Jornada de ética e bioética em Campo Mourão



O Conselho Regional de Medicina promoveu a 1.ª Jornada de Ética e Bioética em Campo Mourão, no dia 22 de junho. O evento, que ocorreu em parceria com a Unimed regional, contou com a

presença de mais de 70 médicos do município que assistiram a palestra sobre “Relação médico-paciente”, ministrada pelo presidente do CRM, Gerson Zafalon Martins.

Videoconferência agiliza ações conselhais

O contínuo desenvolvimento da tecnologia de telecomunicações vem alcançando cada vez mais os profissionais de saúde, abrindo novas possibilidades e encurtando distâncias. Pioneiro neste campo, o CRM-PR realiza mensalmente

reuniões por videoconferência entre a diretoria do CRM em Curitiba e membros da Delegacia Regional de Maringá. O objetivo é analisar relatórios de sindicâncias. A última edição, de um total de nove, ocorreu em 16 de julho. A espec-

tativa é de a atividade ser estendida às demais Regionais, trazendo vantagens como o intercâmbio de informações, a redução de custos com transportes e comunicações e ampliar os recursos de educação ctninuada.

Entrega de carteiras aos novos médicos

Tês reuniões de ética foram realizadas, em Curitiba, de abril a junho para a entrega da carteira aos novos médicos. Com a



participação de cerca de 40 recém-formados, os eventos ocorreram na sede do Conselho em Curitiba, sob a presidência do conselheiro Gerson Zafalon Martins. Os encontros são marcados pela análise de questões atuais do exercício da Medicina, inclusive das dificuldades decorrentes da atenção à saúde e da valorização do trabalho médico. O presidente do CRM sempre ressalta a necessidade de observância dos preceitos que regem o Código de Ética, aconselhando sobretudo quanto a relação médico-paciente e o correto preenchimento dos registros médicos, como prontuário. Novas reuniões estão revistas para o segundo semestre, com destaque para a entrega da carteira aos formandos da UFPR, na segunda quinzena de agosto.

Paranavaí

O diretor regional do CRM em Paranavaí, José Eloy Mendes Tramontin, recebeu dois novos médicos no município. A cerimônia ocorreu na sede da Delegacia, em 9 de maio. Receberam suas carteiras Rafael Borghi Mortati e Romeu Luiz Bogoni Júnior.

Maringá

Em Maringá, a reunião de ética para entrega de carteiras foi realizada no dia 15 de maio e contou com a participação de dez novos profissionais. O diretor regional Natal D. Gianotto falou sobre Código de Ética e fez aconselhamentos aos colegas a respeito da profissão.

Santo Antônio da Platina

Na noite de 23 de maio, membros da diretoria da Delegacia Regional do CRM em Santo Antonio da Platina deram boas-vindas à médica Grace Madalena de Souza Negrão Ferreira. A reunião solene para entrega de carteira foi presidida pelo diretor Luiz Carlos Guidio Filho, que discorreu na ocasião sobre a importância da ética profissional e do médico manter uma boa relação com seu paciente. Além disso, enfatizou o correto preenchimento e registro dos prontuários médicos.

Toledo

A Delegacia Regional de Toledo teve na noite de 22 de maio a sua solenidade de entrega de carteira profissional a duas novas médicas: Marcia Calinca Usinger e Tatiana Pedrosa Krollmann. A sessão foi presidida pelo diretor da Regional, José Afrânio Davidoff Júnior, que também fez análise de aspectos éticos que envolvem a profissão e presenteou as médicas com exemplares do Código e cópia do Juramento de Hipócrates.

Encontro debate desafios da saúde



Médicos Renato Merolli (Ahopar), Eduardo de Oliveira, Rafael Guerra, Arthur Leal Neto (Fehospar) e José Carlos Abrahão.

A Federação e a Associação dos Hospitais do Paraná promoveram no dia 29 de junho o encontro “Cenários e desafios da saúde”, tendo entre os palestrantes convidados o médico e deputado mineiro Rafael Guerra, presidente da Frente Parlamentar da Saúde. Ele deu ênfase em sua fala à proposta de regulamentação da Emenda Constitucional 29 e o financiamento do sistema público de saúde. O evento teve lugar no anfiteatro do Hospital Santa Cruz, em Curitiba, sendo ainda palestrantes os também médicos e dirigentes hospitalares José Carlos Abrahão e Eduardo de Oliveira. Abrahão, presidente da Confederação Nacional de Saúde e da Federação dos Hospitais do Rio, apresentou o tema “A visão atual do setor de saúde”, em que criticou os baixos investimentos públicos e seus reflexos no sucateamento da estrutura de serviços. Eduardo de Oliveira, presidente da Federação Brasileira de Hospitais, falou sobre o recém-implantado Padrão TISS e o rol de procedimentos da ANS e sua correlação com a CBHPM. O dirigente anunciou a iminente funcionalidade do sistema FBH-TISS para resolver o problema de conectividade nos hospitais brasileiros.

Rafael Guerra, ex-secretário de Saúde de Minas, criticou a má-vontade política do governo em agilizar a aprovação da EC 29, apesar de a proposta já estar há muito tempo pronta para ser levada a plenário. Ele historiou que se estivesse vigente a legislação anterior, de aplicar 30% da seguridade social em saúde, o Ministério da Saúde disporia hoje de cerca de R\$ 90 bilhões, o dobro de seu orçamento atual. Por conta da não regulamentação da nova lei, diz o deputado que desde o início desta década as três esferas de governo vem descumprindo os percentuais mínimos previstos para se aplicar em saúde. Com menos recursos, ressalta, o governo federal não reajusta os serviços há mais de uma década, o que se reflete na constatação de que se fecha praticamente uma unidade hospitalar por semana no País. Em sua análise sombria para o setor de saúde, não deixou de avaliar como “risco” a contratualização e estimou que não sobreviverão hospitais com elevado grau de dependência do SUS. Defendeu ainda proposta de lei voltada a reduzir a carga tributária da rede de serviços conveniada, como forma de estancar o desaparecimento de empresas e de atrair as que se afastaram do sistema.

Telepatologias terão mais quatro etapas

O programa de Telepatologia terá mais quatro etapas no segundo semestre deste ano, de agosto a novembro, sempre na última terça-feira de cada mês. O primeiro semestre também teve quatro edições, com cerca de 100 participantes. As discussões anátomo-clínicas *on-line* ocorrem a partir da transmissão de necropsias realizadas na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). As recepções ocorrem nos auditórios da Sede de Curitiba e da Regional de Maringá. Começam às 9h da manhã e o acesso livre, tendo como público-alvo princi-



palmente acadêmicos e residentes de Medicina. Resultado de parceria pioneira firmada há cinco anos pela USP e Conselho de Medicina do Paraná, o programa integra as ações do CRM voltadas à educação continuada

e melhor formação para estudantes. Por isso, o Conselho vem insistindo junto às coordenadorias dos cursos e programas de residência para que incentivem a participação nas telepatologias.

Trabalho médico na atualidade



O vice-presidente do CRM-PR, Miguel Ibraim Hanna Sobrinho, ministrou palestra sobre “O Trabalho Médico na Atualidade” para mais de 80 acadêmicos do primeiro período do curso de Medicina da UFPR. O evento, realizado no dia 29 de junho no auditório da sede do Conselho, teve como objetivo apresentar aos futuros profissionais aspectos éticos, legais e os desafios no exercício da atividade.

Integrando saúde e espiritualidade

O Medinesp 2007, com o tema “150 anos em busca da integração corpo-mente-espírito” foi realizado em São Paulo, de 7 a 9 de junho, e contou com mais de 1,8 mil participantes. O tradicional Congresso Médico-Espírita do Brasil e da AME-Internacional contou com cinco conferencistas internacionais e outros 40 oradores de renome, de todos os estados brasileiros, “que contribuíram na busca contínua de integrar saúde e espiritualidade, alargando os horizontes do



conhecimento, ampliando pesquisas científicas, na conquista de uma mudança profunda de paradigma”, como avaliou o presi-

dente da Associação dos Médicos Espíritas do PR, Laércio Furlan (foto). A próxima edição será em 2009, em local a ser definido.

NOTAS

Nova diretoria do Cremesp

O Conselho de Medicina de São Paulo (Cremesp) empossou em 3 de julho a sua nova diretoria para os próximos 15 meses, conforme estabelece o regimento interno da gestão 2003/2008. O pediatra Henrique Carlos Gonçalves sucede a Desiré Carlos Callegari, que esteve na presidência desde abril do ano passado e agora vai responder como diretor jurídico. Luiz Alberto Bacheschi assumiu a vice-presidência, enquanto Renato Azevedo Júnior passava a responder pela 1.ª Secretaria.

Medicina do Esporte

As primeiras 12 vagas de residência em Medicina do Esporte foram abertas este ano. Reconhecidos pelo MEC e com duração de três anos, os cursos estão centralizados na Unifesp – Universidade de São Paulo, na capital paulista, e na Universidade de Caxias do Sul (RS). As inscrições para as próximas turmas devem ser abertas em dezembro. Ricardo Munir Nohas, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte (SBME), diz que foram anos de intensa negociação e incontáveis reuniões em Brasília para a definição do formato e do conteúdo da nova residência.

Representatividade hospitalar

O médico Renato Merolli foi reeleito presidente da Associação dos Hospitais do Paraná (Ahopar) para cumprir mandato de três anos. Entre os vice-presidentes da entidade estão outros quatro médicos: Benno Kreisel (Curitiba), Fahd Haddad (Londrina), Stenio Henrique de Souza (Cascavel) e Mauro Schiff Mattia (Pato Branco). A posse da nova diretoria ocorre dia 20 de julho. Na mesma data haverá a posse da diretoria do Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Paraná (Sindipar), que integra a Fehospar. Luis Rodrigo Schuber Milano, diretor do Hospital Pilar da Capital, foi eleito presidente em chapa de consenso. Ele sucede a Renato Merolli, que passa a responder pela 2.ª vice-presidência do sindicato, que representa as empresas de saúde da Grande Curitiba e litoral e das regiões de Toledo, Foz do Iguaçu e União da Vitória. O médico Charles London foi reconduzido à presidência da Femipa (Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Paraná) para mandato de três anos.

Consulte o médico

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou relatório do senador Augusto Botelho (PT/RR) ao PLS 328/2006, de autoria do senador Osmar Dias (PDT/PR), que altera o § 4º do art. 7º da Lei n.º 9.294, de 15 de julho de 1996, para substituir o texto da advertência a ser inserida na propaganda de medicamento. Com isso, a propaganda de

medicamento conterá obrigatoriamente a advertência “Antes de consumir qualquer medicamento, consulte um médico.”

Temporão na Academia de Medicina

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, assumiu em 30 de junho a vice-presidência honorária da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro (RJ). A posse ocorreu em meio às comemorações do 178.º aniversário da instituição. A academia iniciou os seus trabalhos em 1829, sendo o seu principal foco, até hoje, o de contribuir para o estudo, discussão e desenvolvimento da medicina. O órgão também auxilia o poder público, sendo uma entidade consultiva.

Terminalidade em debate

É moralmente aceitável imputar sofrimento inútil e desproporcional a pacientes sem chances de recuperação? Este é um dos grandes dilemas enfrentados pelos médicos em seu dia-a-dia. Com base na resolução do CFM n.º 1805, publicada em novembro do ano passado, os médicos agora podem, de forma ética e legal, evitar o prolongamento do sofrimento de doentes em fase final de enfermidade grave e incurável. Isso, claro, respeitando a vontade do paciente ou de seu representante legal. O assunto foi tema de palestra proferida no início de maio pelo presidente do CRM-PR, Gerson Zafalon, no ambulatório de Saúde Mental do Hospital das Clínicas da UFPR, em Curitiba. Foi dirigida a residentes, especializando e professores de psiquiatria do HC.

Direitos da infância

O conselheiro Luiz Ernesto Pujol participou, em 29 de junho, do seminário “Violação dos direitos da infância: Responsabilidade de quem?”. O evento ocorreu no auditório da Câmara Municipal de Curitiba e teve como propósito marcar a passagem dos 17 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como analisar os relatórios dos conselhos tutelares e promover debate sobre os direitos fundamentais relativos à vida e à saúde.

Visita ao CRM

Membros da diretoria do Hospital São Lucas, de Curitiba, fizeram visita na manhã de 4 de junho ao presidente do CRM, Gerson Zafalon Martins. O presidente do hospital, Dr. Francisco Boscardin Neto, e os diretores clínico e administrativo da entidade trataram de questões ético-profissionais e também agradeceram a série de palestras proferidas por conselheiros ao corpo clínico da unidade.

Novos e-mails

Para facilitar o envio de informações para as Comissões de Divulgação de Assuntos Médicos (Codame) e Qualificação Profissional (CQP), foi criado um novo e-mail para cada comissão, são eles: cqp@crmpr.org.br e codame@crmpr.org.br

Acesse o site do CRM para saber mais sobre agenda científica, empregos, outras oportunidades profissionais e pareceres e resoluções.

Médico premiado em concurso fotográfico



O médico Marcos Franchetti recebeu o prêmio de terceiro lugar no concurso fotográfico instituído pelo jornal *O Diário*, de Maringá, para comemorar o 60.º aniversário da “Cidade Canção”. As fotos selecionadas entre 27 participantes foram publicadas (em P&B) na edição do jornal de 10 de maio, dia do aniversário. Nascido em Cianorte, já que a cidade dos pais, Indianópolis, não tinha hospital na época, Marcos formou-se pela UFPR em 2000, fez residência em clínica médica na própria Federal, e cardiologia e Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia (São Paulo, SP). Completando 33 anos neste mês de julho, o médico está desde o começo do ano em Maringá, onde atua no Hospital Paraná. Confira no site do Conselho uma entrevista concedida à jornalista Priscila Naufel, em que o médico fala de seu *hobby* e também da profissão.

Represamento de AIH's

O CRM-PR fez publicar nota oficial em alguns dos principais jornais do Estado repudiando a postura dos gestores públicos quanto ao represamento das AIH's, em decorrência sobretudo da defasagem do teto financeiro, com o que vem causando prejuízos aos prestadores de serviços e também aos usuários, pela dificuldade crescente de acesso à assistência pelo Sistema Único de Saúde.

No documento, assinado pelo presidente Gerson Zafalon Martins, o CRM expressa “irrestrito apoio à classe médica paranaense, especialmente no que concerne aos hospitais que prestam serviços ao SUS e que lutam com dificuldades para manter as portas abertas para o atendimento da população”. Mais adiante, lembra aos gestores públicos Estadual e municipais que, embora os médicos estejam cientes de suas obrigações para com a saúde da população, “o ônus de tal encargo é do Poder Público, que não pode dele se esquivar e fechar os olhos às dificuldades pelas quais passam os médicos e hospitais, como se fora deles o dever de buscar soluções para o estado calamitoso em que se encontram os serviços públicos de saúde”.

Entende o Conselho que “não se pode admitir que aos médicos e hospitais, isoladamente, imponham-se os deveres e obrigações inerentes ao Poder Público, vendo-se que o represamento de AIH's pelos gestores públicos é inaceitável, além de imoral, pois se constitui em uma ofensa não apenas à classe médica, mas especialmente à população que depende do SUS para ter acesso à saúde, direito que lhe é consagrado pela Constituição”. E finaliza: “Este Conselho, solidário aos princípios que regem o Sistema Único de Saúde, repudia ações que venham fragilizar ainda mais a estrutura assistencial e apela aos gestores públicos para que, também, apoiem o movimento pela regulamentação da EC 29, que visa assegurar os recursos necessários para financiar o SUS.”

A homenagem aos que deixam exemplo de ética e dedicação

O segundo semestre deste ano foi marcado pela perda de mais alguns grandes expoentes da Medicina paranaense, exemplos de trabalho ético, de competência e dedicação. O luto da classe médica envolveu pelo menos quatro profissionais cujo histórico inclui a Diplomação do Mérito Ético, por terem se dedicado a mais de 50 anos à atividade, dentre eles o Dr. Alceu Fontana Pacheco, que integrou o primeiro corpo de conselheiros eleito para o CRM-PR e que deixa filho e neto médicos. Ao registrar os falecimentos de seus integrantes, como forma de lhes render merecida homenagem, o Conselho de Medicina também solidariza-se com os familiares na superação deste momento de dor. Igualmente, estende a deferência aos demais profissionais falecidos no primeiro semestre e não nomeados.

No mês de abril, o CRM-PR registrou as mortes dos médicos Antonio Carlos Rocha Sprenger, Luiz Carlos Bleggi Torres, Nélio Ribas Centa e Uraci Moraes Barros, moradores em Curitiba, e Anísio de Jesus Bello Vieira, de Palmas. Em maio, ocorreram as perdas dos Drs. Alceu Fontana Pacheco, Iolli Lasserre, Nereu Affonso da Rocha Peplow, Raul do Nascimento Athayde da Rosa e Regenis Bading Prochmann, todos de Curitiba. E, em junho, Cyro Frederico Maria Sobrinho e Rupen Fernandes, também da Capital.

Anísio de Jesus Bello Vieira (CRM 1417) era formado pela Universidade Federal do Paraná em 1960. Era especialista em cardiologia e acupuntura. Morava em Palmas e faleceu aos 72 anos.

Antonio Carlos Rocha Sprenger (CRM 949) também graduou-se pela UFPR, em 1959, e era especialista em cirurgia geral.

Trabalhou como cirurgião no Hospital de Clínicas.

Luiz Carlos Bleggi Torres (CRM 57717) formou-se em 1977 pela Federal e era pediatra. Integrou a Sociedade Brasileira de Neuropatologia, Sociedade Internacional de Neuropatologia e Academia Internacional de Citologia. Era professor titular da UFPR e PUC. Em março de 2001 foi empossado na cadeira 26 da Academia Paranaense de Medicina. Vítima de acidente, faleceu em Curitiba, sua cidade natal, aos 54 anos.



Nélio Ribas Centa (CRM 356) formou-se pela Federal do Paraná em janeiro de 1958. Era especialista em ginecologia e obstetrícia, sendo um dos diretores do Hospital São Lucas, de Curitiba. Ele tinha 76 anos e estava prestes a completar o Jubileu de Ouro na profissão.

Uraci Moraes Barros (CRM 8904) era natural de Lins (SP) e tinha 55 anos. Formou-se pela PUC-PR em janeiro de 1984 e especializou-se em anestesiologia. Morava em Curitiba.

Alceu Fontana Pacheco (CRM 41) faleceu aos 89 anos. Formado em 1941 pela UFPR, trabalhou como pneumologista. Em outubro de 1958 ele foi eleito conselheiro efetivo do Conselho do Paraná, sendo empossado em maio de 1959, na composição do primeiro grupo de trabalho indicado pelos médicos através de voto direto.

Iolli Lasserre (CRM 1104) tinha 64 anos. Formado em 1960 pela UFPR, morava em Curitiba.

Nereu Affonso da Rocha Peplow (CRM 642) graduou-se pela UFPR em março de 1950 e fa-



leceu em Curitiba aos 71 anos. Integra a seleta lista de homenageados do Conselho de Medicina por ter se dedicado por mais de 50 anos como exemplo ético à profissão. Também era amante das artes, em especial da música, tendo participado até mesmo de bandas que faziam apresentações. Na foto, com o ex-presidente do CRM, Wadir Rúpollo, também falecido.

Raul do Nascimento Athayde da Rosa (CRM 3667) formou-se pela Federal em dezembro de 1956. No ano passado tinha sido contemplado com o Diploma de Mérito Ético-Profissional do CRM, pelo Jubileu de Ouro. Faleceu em Curitiba aos 76 anos.

Regenis Bading Prochmann (CRM 1605) era natural de Canoinhas (SC) e faleceu antes de completar 70 anos. Formado pela Universidade Federal do Paraná em 1962, era especialista em medicina interna/clínica médica. Foi o primeiro residente do Estado e precursor de residência no HC/UFPR. Foi integrante da UPE e preso em 1964, durante o golpe militar. A paixão pelo futebol, em especial pelo Corinthians – o time do coração –, era um diferencial positivo no bom humor e multiplicação de amizades. Duas de suas quatro filhas – Viviane e Vanessa – também são médicas.



Cyro Frederico Maria Sobrinho (CRM 282) graduou-se em

Entidades pedem basta à violência contra peritos

As entidades médicas nacionais – CFM, AMB e Fenam – emitiram nota oficial intitulada “Basta” para repudiar a violência que tem alcançado profissionais da Medicina em exercício de sua atividade. O protesto ocorreu logo após o assassinato de mais um perito da Previdência Social, José Rodrigues de Souza. O crime ocorreu em 28 de maio na cidade mineira de Patrocínio. O médico foi vítima de um segurado que não obtivera êxito em seu pedido de aposentadoria por invalidez.

O Conselho de Medicina de Minas Gerais e a Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social também divulgaram a nota “Perversidade Anunciada. Assassinato de novo, não!”, onde chamam a atenção para o fato de que três médicos foram mortos no Estado em intervalo de oito meses, sendo que dois eram peritos. Em setembro do ano passado, em Governador Valadares, a perita do INSS Maria Cristina Souza da Silva tinha sido assassinada por integrantes de uma quadrilha especializada em fraudes contra a Previdência. Além da publicação da nota oficial, peritos de Minas paralisaram as atividades por dois dias como forma de protesto.

De acordo com as entidades nacionais, “os recentes e continuados episódios de agressão atingindo médicos em seus locais de trabalho, em especial no exercício da função de peritos da Previdência Social, chegou a um ponto insuportável e inaceitável”. Ressaltam que, por várias vezes, tinham alertado as autoridades sobre o grave risco a que os médicos peritos da Previdência Social estavam submetidos e que a morte de José Rodrigues de Souza teve como facilitador a inoperância dos dirigentes do Ministério da Previdência Social e do INSS, que, “de maneira irresponsável, ficaram silentes aos nossos alertas e pleitos por segurança”. Acusam ainda as autoridades federais de irresponsabilidade com o interesse público e as colocam como únicas responsáveis pela segurança funcional dos médicos peritos. CFM, AMB e Fenam apelaram ainda ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que determine aos seus auxiliares ações contra a violência.

“Nos dirigimos ao Presidente para que, com respaldo na sua delegação popular, determine aos seus auxiliares na Previdência Social os cuidados e as atitudes que o caso requer, para garantir que o sagrado direito ao trabalho se dê em condições justas de segurança”.

1954 pela UFPR, tendo recebido em 2004 o Diploma de Mérito Ético do Conselho. Faleceu aos 78 anos, em Curitiba.

Rupen Fernandes (CRM 2614) formou-se em 1969 pela PUC-PR. Morava em Curitiba, onde faleceu aos 68 anos.

Arte como instrumento de humanização e conhecimento

A conjugação de arte e medicina sempre fez parte da vida do reumatologista Valderílio Feijó Azevedo, também professor e músico. Em 2006, depois de participar de um congresso da Associação Brasileira de Medicina e Arte (ABMA), tornou-se parceiro dos projetos da entidade. Uma proposta que ganhou corpo este ano, quando a Associação decidiu incrementar o uso de conteúdos artísticos na graduação, iniciando ainda no primeiro semestre o mapeamento das atividades nas escolas médicas de todo o País. O objetivo maior é incentivar os futuros profissionais pela inclusão da arte na grade curricular das universidades.

Para o professor da UFPR e PUC-PR, é possível tornar as

relações médico-hospitalares mais humanas através das iniciativas artísticas. “Hoje acredito que a escola de medicina é a menos humanizada entre os cursos da área de saúde, quando



deveria ser a mais”, analisa. Defensor da idéia, o médico é bastante requisitado a ministrar palestras, a convite de universidades. Costuma citar casos de artistas famosos, que nunca deixaram de lado o trabalho, mesmo com sofrendo de doenças em uma

época que os tratamentos eram escassos. “Durante as palestras, o resgate por meio da arte pode usar das técnicas mais variadas, como pinturas ou um violão”, resume.

O Prof. Valderílio Feijó exemplifica o deus grego Apolo, que representava em um único ser a música e a medicina, ressaltando que, de fato, não se deve separar as duas áreas: “Uma deve complementar a outra”. Para ele, o médico sempre foi um artista. “Antigamente, os médicos também eram poetas, pintores, músicos... Pena que, hoje, a tecnologia tomou conta desse espaço”. Acredita que o importante é que os médicos não abram mão da arte, seja profissionalmente ou por *hobby*.

Vocalista e guitarrista, o médico-artista já fez parte da banda *Metralhas Beatles Again*, de grande sucesso no Estado e que tocou até mesmo em Liverpool, a cidade de origem do grupo inglês. Desde 2001, contudo, Valderílio integra a banda *Heyah*. A música, revela, constitui uma maneira de extravasar o estresse decorrente das dificuldades impostas pela profissão. Não por acaso, relembra, o show de estréia como músico foi em um local um tanto inusitado: o Hospital de Clínicas da Universidade Federal. Um espetáculo dirigido a médicos, demais funcionários e pacientes, principalmente.

Manifestando que o compromisso de incentivo à humanização pela arte é algo de grande importância em sua vida, o Prof. Valderílio recorda também as suas performances como ator. Prece-



Valderílio está à frente da banda Heyah desde 2001.

dendo os – hoje – famosos Doutores da Alegria, ele já interpretava o “Palhaço Paçoca”, (foto) levando distração e alegria para pacientes em leitos hospitalares e também no ambiente de creches e asilos.

Publicação de livro

Em visita de cortesia ao presidente do CRM, no início de julho, o Prof. Valderílio Feijó Azevedo anunciou o lançamento nacional no mês de setembro, em São Paulo, de seu livro “Sofrimento e arte: artistas visuais famosos e suas doenças reumáticas”, que trata do impacto da doença na obra de cada um deles. O trabalho é resultado de suas pesquisas e que são retratadas nas palestras. A publicação será acompanhada de ilustrações, conforme antecipa o autor.



Participação em evento da ABMA, em 2006, incentivou o incremento do projeto.

Mobilização em prol da saúde

Sob a coordenação da Frente Parlamentar da Saúde, está sendo preparada para o dia 14 de agosto uma grande mobilização para tentar sensibilizar o governo federal sobre o iminente risco de um “apagão na saúde”. O local da concentração será o Salão Verde da Câmara dos Deputados e estão sendo conclamadas todas as entidades representativas dos médicos e demais prestadores de serviços, sejam públicos, universitários, filantrópicos ou particulares. As principais reivindicações são a aprovação da EC 29 e o reajuste das tabelas de procedimentos do SUS, que experimentam defasagens de 170 a até 470%. Desde a edição do Plano Real até outubro de 2006, a recomposição das tabelas chegou a 37,30%, contra 418,10% da variação inflacionária medida pelo IGPM (FGV) ou do aumento de 595,53% da energia elétrica e de 626,87% do transporte urbano.

A perseverança

Em suas palestras, o Prof. Valderílio Feijó costuma ilustrar o sofrimento e a arte de artistas de renome que exerceram seus trabalhos até a morte mesmo com sofrendo de graves doenças. Casos de Renoir, Frida Khalo e Aleijadinho, entre outros tantos.

O pintor e escultor Renoir, que sofria de artrite e encontrava cada vez mais dificuldades para segurar os pincéis. Acabou tendo de amarrá-los às mãos. Apesar das graves limitações físicas, Renoir continuou trabalhando até o último dia de sua vida.

No Brasil, o exemplo de persistência que melhor representa a trajetória de um artista é Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho. Escultor, entalhador, desenhista e arquiteto, com aproximadamente 40 anos começou a desenvolver uma doença degenerativa, acarretando no comprometimento gradativo do movimento das mãos. Para poder trabalhar, também precisou amarrar as ferramentas às mãos.

O sofrimento conduziu também a vida de Frida Kahlo, que contraiu poliomielite em 1910, sendo esta a primeira de uma série de enfermidades, acidentes, lesões e operações que sofreu ao longo da vida. Embora profissionais qualificassem sua obra como tal, ela mesma chegou a declarar que nunca pintou seus sonhos. “Pintei minha própria realidade”.